

PROCESSO - A.I. Nº 118867.0020/02-3
RECORRENTE - DETASA BAHIA S.A INDUSTRIAL
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE DEFESA
ORIGEM - IFMT - DAT/NORTE
INTERNET - 12/09/02

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0342-11/02

EMENTA: ICMS. INTEMPESTIVIDADE. DEFESA FISCAL. Recurso interposto contra despacho da autoridade que determinou o arquivamento da defesa impugnativa em auto de lançamento de imposto, por ter sido apresentado fora do prazo legal. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O contribuinte, devidamente intimado, em 15.04.02, através de AR apenso às fls. 17 e 46 dos autos, impetrou defesa impugnativa ao lançamento de ofício em 17/05/02, tendo sido informado da intempestividade da defesa conforme documento de fl. 18. Inconformado, impetrou Recurso de Impugnação ao Arquivamento da sua defesa administrativa em 20/06/02, arguindo:

Que contra o recorrente foi instaurado o presente procedimento, para exigir o ICMS sobre operação de circulação de mercadorias, em face de irregularidade apontada pelos fiscais na peça acusatória.

Tendo o fato ocorrido quando do trânsito das mercadorias em Posto Fiscal de jurisdição da IFMT-DAT/NORTE, apurou-se que, em razão da irregularidade da situação cadastral da destinatária, não poderia ser conferido o benefício fiscal constante da isenção tributária.

O Auto de Infração foi lavrado em 30.03. 2002, sendo que o recorrente somente tomou ciência do mesmo na data de 18.04.2002, através de aviso de recebimento postado nos Correios, conforme cópia documento assinado por preposto da empresa.

Desta forma, tendo iniciado o termo “*a quo*” em 18 de abril de 2002, o termo final se deu em 18 de maio de 2002, que caiu em dia de sábado.

A petição de impugnação foi protocolada junto à repartição fazendária em 17/05/02, dia de sexta-feira, portanto, dentro do interstício legal previsto, que é de 30 (trinta) dias.

Assim, é totalmente improcedente a intempestividade da defesa, razão pela qual requer que seja a mesma conhecida para o fim de que determina a remessa dos autos para julgamento do mérito da impugnação, sob pena de, assim não ocorrer, ter consumada a limitação legal do amplo direito de defesa do contribuinte.

A PROFAZ forneceu Parecer de fl. 50, com a seguinte conclusão:

“Trata-se de defesa inicial à lavratura de Auto de Infração, o qual, não tendo sido assinado pela empresa no momento da lavratura, foi, como determina a legislação, cientificado via AR, este é

que é válido. A assinatura constante dos autos é no Termo de Apreensão e Depósito, firmada pelo detentor das mercadorias.

Em que pese a qualidade de responsável solidário do detentor das mercadorias em trânsito, este não assinou o Auto de Infração propriamente dito, tanto que está vazio o campo da peça vestibular destinado à ciência do autuado, o que foi intimado por AR pela inspetoria no dia 15 de maio, logo, a interposição da defesa foi dentro do prazo legal de trinta dias.

Aceitos os argumentos e reconhecida a tempestividade da defesa, não foi correto o seu arquivamento, deve ser a presente impugnação provida e remetido os autos ao julgamento de Primeira Instância.”

VOTO

Da análise dos documentos acostados ao presente Processo Administrativo Fiscal, mormente à Impugnação ao Arquivamento da Defesa Impugnativa, constatei que a empresa foi intimada via AR, com cópias anexadas fls. 17 e 46, tendo a data de 15.04.02 ali estampada como a do recebimento do Auto de Infração. O contribuinte, em 17/05/02, interpôs a sua defesa tendo a mesma sido considerada intempestiva.

Verifiquei que o prazo de apresentação da defesa iniciou em 16/04/02 e teve o seu término em 15/05/02, tendo sido apresentada a defesa em 17/05/02, a mesma, ao atendimento deste relator, é realmente intempestiva. Saliento que o contribuinte incorreu em lapso quando afirmou na sua peça recursal que a data do recebimento do AR foi em 18/04/02. Também, observei que a Douta PROFAZ em seu Parecer cometeu engano quando colocou a data de 15/05/02 como a do recebimento do AR.

Diante do exposto, concedo o meu voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Impugnação ao Arquivamento da Defesa Administrativa.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa apresentado no Auto de Infração nº 118867.0020/02-3, lavrado contra **DATASA BAHIA S. A INDUSTRIAL.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.880,11**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de agosto de 2002.

ANTÔNIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO - RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFAZ